

Engels era grande mano!

Artigo de Andrea Peniche.

Engels nasceu há 200 anos. De todas as suas obras, as que assinou sozinho e as que partilhou com Marx, quero sublinhar a importância de *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*[1], por ela representar um empreendimento intelectual notável, nomeadamente para os estudos feministas contemporâneos. Em tempos marcados pela superficialidade, pela rejeição do estudo e pelo abraço a teorias obscurantistas e fundamentalistas, mergulhar neste texto é um bálsamo intelectual, pelo que ele revela de intuição e argúcia e pelo incontornável contributo para o conhecimento da génese de instituições sociais centrais - família, economia, Estado - e sua relação com a opressão e a exploração.

Publicado em 1884 por Friedrich Engels, as suas principais fontes foram o livro *Das Mutterrecht (O matriarcado)*, do suíço Johann Jakob Bachofen, publicado em 1861, e, em particular, *Ancient Society*, publicado em 1877, do estado-unidense Lewis Morgan, o qual Marx tinha lido e anotado abundantemente, conforme Engels sublinha logo na abertura da obra:

«As páginas seguintes vêm a ser, de certo modo, a execução de um testamento. Marx dispunha-se a expor, pessoalmente, os resultados das investigações de Morgan em relação com as conclusões da sua (até certo ponto posso dizer nossa) análise materialista da história, para esclarecer assim, todo o seu alcance. (...) O meu trabalho só debilmente pode substituir aquele que o meu falecido amigo não chegou a escrever. Disponho, entretanto, não só dos excertos detalhados que Marx retirou à obra de Morgan, como também das suas anotações críticas, que reproduzo aqui sempre que oportunas». (pp. 7-8)

A origem da família, da propriedade privada e do Estado é um diálogo fecundo entre o materialismo histórico e a emergente ciência antropológica, na qual o autor estabelece a relação entre o capitalismo e aquilo a que chama de instituição em permanente mudança, a família. É, pois, uma leitura histórica da família e da sua relação com as questões de classe, da subalternidade feminina e da propriedade privada. À distância de quase um século e meio, percebemos que a obra é perpassada por várias imprecisões. Curiosamente, Engels, que é um

pensador crítico, tem noção de que não está a escrever a última palavra e, por isso, afirma que a análise de Lewis Morgan «(...) permanecerá certamente em vigor até que uma riqueza de dados muito mais considerável nos obrigue a modificá-la» (p. 31). Todavia, é injusto criticar Engels à luz do que hoje sabemos e desgarrar a obra do tempo em que viveu. Se recusarmos as leituras a-históricas e situarmos a obra no seu tempo, descobriremos nela um potencial extraordinário, já que Engels, com as poucas ferramentas que tinha, foi capaz de identificar o patriarcado como estrutura social e de encontrar o fio histórico que construiu e reificou a desigualdade entre homens e mulheres.

Engels procurou perceber como se deu a passagem das sociedades ginocratas, baseadas no direito materno, para as sociedades patriarcais, baseadas no direito paterno, caracterizando «o desmoronamento do direito materno» como «a grande derrota histórica do sexo feminino em todo o mundo», pois «o homem apoderou-se também da direção da casa; a mulher viu-se degradada, convertida em servidora, em escrava da luxúria do homem, em simples instrumento de reprodução» (p. 76). Marx e Engels, em *A ideologia alemã*, já tinham afirmado que a primeira divisão sexual do trabalho foi a que ocorreu entre homens e mulheres para a procriação dos filhos. Nesta obra, Engels reforça essa ideia e defende que, até ao surgimento da família sindiásmica, um tipo de família matriarcal, na qual o vínculo conjugal era facilmente dissolvido e os filhos continuavam sob responsabilidade materna (pp. 61-62), predominava uma economia doméstica comunista, na qual havia preponderância da mulher dentro da gens, não obstante já existir uma divisão sexual do trabalho como primeira forma de divisão do trabalho. As descobertas antropológicas punham assim em causa que a opressão das mulheres tivesse uma origem biológica, ao afirmarem que nem sempre as sociedades se organizaram dessa forma. Ora, se nem sempre foi assim, é porque a opressão tem raízes históricas, não resulta de nenhuma essência feminina ou masculina. Assim, baseado em dados antropológicos, Engels investiga e conclui que as sociedades ginocratas foram suplantadas por outras em que a ordem social se transformou. Localiza essa transformação entre a fase média e a fase superior da barbárie[2], quando surge um novo modelo de família, a família monogâmica, que suplanta a família sindiásmica e responde à necessidade de transferir a propriedade para herdeiros legítimos, o que passa a condicionar as formas de relacionamento e a colocar um ferrete sobre a livre expressão sexual das mulheres, originando a emergência de uma nova moral sexual que autoriza a infidelidade masculina e impõe a castidade feminina. Nascia

assim a família monogâmica. Afirma ele:

«O seu triunfo definitivo é um dos sintomas da civilização nascente. Baseia-se no predomínio do homem; a sua finalidade expressa é a de procriar filhos cuja paternidade seja indiscutível; e exige-se essa paternidade indiscutível porque os filhos, na qualidade de herdeiros diretos, entrarão, um dia, na posse dos bens de seu pai. A família monogâmica diferencia-se do matrimónio sindiásmico por uma solidez muito maior dos laços conjugais, que já não podem ser rompidos por vontade de qualquer das partes. Agora, como regra, só o homem pode rompê-los e repudiar a sua mulher. Ao homem se concede igualmente o direito à infidelidade conjugal, sancionado ao menos pelo costume (o Código Napoleónico outorga-o expressamente, desde que ele não traga a concubina ao domicílio conjugal), e esse direito exerce-se cada vez mais amplamente, à medida que se processa a evolução da sociedade. Quando a mulher, por acaso, recorda as antigas práticas sexuais e intenta renová-las, é castigada mais rigorosamente do que em qualquer época anterior» (pp. 81-82).

Para Engels, a monogamia não representa uma união livre de vontades. Pelo contrário, vê nela a subjugação do feminino ao masculino:

«A monogamia não aparece na história, portanto, como uma reconciliação entre o homem e a mulher e, menos ainda, como a forma mais elevada de matrimónio. Pelo contrário, ela surge sob a forma de escravização de um sexo pelo outro, como proclamação de um conflito entre sexos, ignorado, até então, na pré-história. Num velho manuscrito inédito, redigido em 1846 por Marx [*A ideologia alemã*] e por mim, encontro a seguinte frase: “A primeira divisão do trabalho é a que se fez entre o homem e a mulher para a procriação dos filhos”. Hoje posso acrescentar: o primeiro antagonismo de classes que apareceu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre o homem e a mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes, com a opressão do sexo feminino pelo masculino» (p. 86).

Engels relaciona o surgimento da propriedade privada com a subordinação das mulheres e sinaliza-o como marco histórico do início da luta de classes. A família monogâmica patriarcal é, pois, o que sustenta o desenvolvimento de novas relações de propriedade e produção, assim como instaura uma nova divisão sexual do trabalho, remetendo as mulheres para o espaço doméstico e para a dependência económica. Nesse contexto, os casamentos com matriz económica

são os que predominam nas sociedades burguesas e centram-se na necessidade de transmissão da propriedade. Engels tem a argúcia de perceber que uma das transformações à estrutura familiar introduzida pela exploração do capitalismo industrial coloca as mulheres trabalhadoras numa situação insustentável, já que estas, se se dedicarem às tarefas domésticas, não têm espaço no trabalho assalariado que lhes garante autonomia económica. Se, pelo contrário, forem trabalhadoras assalariadas, ficam impedidas, devido à interminável jornada de trabalho, de garantir as tarefas domésticas.

«O governo do lar perdeu o seu carácter social. A sociedade já nada mais tinha a ver com ele. O governo do lar transformou-se em serviço privado; a mulher converteu-se na primeira criada, sem participação na produção social. Só a grande indústria dos nossos dias lhe abriu de novo - embora apenas para a proletária - o caminho da produção social. Mas fê-lo de maneira tal que, se a mulher cumpre os seus deveres domésticos no seio da família, fica excluída do trabalho social e nada pode ganhar; e, se quer tomar parte na indústria social e ganhar a sua vida de maneira independente, é-lhe impossível cumprir com as obrigações domésticas. Da mesma forma que na fábrica, é isso o que acontece à mulher em todos os setores profissionais, inclusive na medicina e na advocacia. A família individual moderna baseia-se na escravidão doméstica, franca ou dissimulada, da mulher, e a sociedade moderna é uma massa cujas moléculas são as famílias individuais». (pp. 96-97)

Se o casamento burguês é sustentado por interesses económicos, o casamento proletário não o é necessariamente, uma vez que não há propriedade a transmitir, logo, ironia da história, ele pode ser a expressão livre das vontades dos homens e das mulheres oprimidos, como argumenta Engels:

«Nas relações com a mulher, o amor sexual só pode ser, de facto, uma regra entre as classes oprimidas, quer dizer, nos nossos dias, entre o proletariado, estejam ou não oficializadas essas relações. Mas também desapareceram, nesses casos, todos os fundamentos da monogamia clássica. Faltam aqui, por completo, os bens de fortuna, para cuja conservação e transmissão por herança foram instituídos, precisamente a monogamia e o domínio do homem; e, por isso, aqui também, falta todo o motivo para estabelecer a supremacia masculina. Mais ainda, faltam até os meios de consegui-lo: o direito burguês, que protege essa supremacia, só existe para as classes possuidoras e para regular as relações destas classes com os proletários. (...) A classe dominante continua submetida às influências económicas

conhecidas e, somente por exceção, apresenta casos de casamentos realizados verdadeiramente com toda a liberdade; enquanto esses casamentos, como já vimos, constituem a regra nas classes oprimidas». (pp. 94, 107)

Do mesmo modo, a questão da dependência económica das mulheres que o casamento instaura, porque as remete para o espaço doméstico, não tem paralelo entre as formas de famílias burguesa e proletária. O acesso e detenção de propriedade é o que explica a supremacia masculina dentro das famílias patriarcais. Se este cenário não se verifica nas famílias operárias, verifica-se um outro. O capitalismo estava a substituir os proletários industriais por mão de obra feminina e infantil, em virtude dos ainda mais baixos salários, e isso desestruturava a forma como as famílias se organizavam. Isto significa que foi o contexto histórico, e não uma qualquer superioridade moral ou política dos homens proletários, que fez com que a autoridade patriarcal se manifestasse diferentemente nas famílias operárias e que as mulheres gozassem de um certo grau de autonomia:

«Além disso, sobretudo desde que a grande indústria arrancou a mulher ao lar para atirá-la no mercado de trabalho e na fábrica, convertendo-a, frequentemente, em sustentáculo da casa, ficaram desprovidos de qualquer base os restos da supremacia do homem no lar proletário, excetuando-se, talvez, certa brutalidade no trato com as mulheres, muito arraigada desde o estabelecimento da monogamia. Por isso o heterismo e o adultério, eternos companheiros da monogamia, desempenham aqui um papel quase nulo; a mulher reconquistou, na prática, o direito de divórcio e os esposos preferem separar-se quando já não se podem entender um com o outro. Resumindo: o matrimónio proletário é monogâmico no sentido etimológico da palavra, mas de modo algum no seu significado histórico». (pp. 94-95)

Todavia, a identificação da opressão fundamentalmente a partir do lugar económico ocupado pelas mulheres na produção e a suposição de que as relações entre os homens e as mulheres da classe trabalhadora seriam livres, ou mais livres, de opressão por não existir nesse casamento interesse económico é reveladora de um enorme otimismo sem respaldo na realidade, otimismo este que turva até a condenação firme da violência conjugal que identifica nas famílias proletárias, compreendendo-a apenas como uma derivação da monogamia. Continua Engels: «A família é produto do sistema social e refletirá o estado de cultura desse sistema» (p. 109), o que significa que existe a possibilidade de

constituir outro tipo de família. Abolindo a propriedade privada, que está na origem dos casamentos económicos, é possível forjar um outro tipo de casamento, uma relação baseada no amor e «na igualdade entre os dois sexos» (p. 110). Esse casamento é monogâmico, mas extirpado das características impostas pelas relações de propriedade: a supremacia masculina e a indissolubilidade. Conclui, por isso:

«Se o matrimónio baseado no amor é o único moral, só pode ser moral o matrimónio onde o amor persiste. Mas a duração do amor sexual é muito variável, segundo os indivíduos, particularmente entre os homens; em virtude disso, quando o afeto desaparece ou é substituído por um novo amor, o divórcio será um benefício tanto para ambas as partes como para a sociedade». (p. 108)

Sem prescrever receitas de como será ou deverá ser a nova família surgida da sociedade sem classes, Engels ensaia algumas respostas para problemas que reconhece e antevê:

«Quando os meios de produção passarem a ser propriedade comum, a família individual deixará de ser a unidade económica da sociedade. A economia doméstica converter-se-á em indústria social. O trato e a educação das crianças tornar-se-ão assunto público; a sociedade cuidará, com o mesmo empenho, de todos os filhos, sejam legítimos ou naturais. Desaparecerá, assim, o temor das “consequências”, que é hoje o mais importante motivo social - tanto do ponto de vista moral como do ponto de vista económico - que impede uma jovem solteira de se entregar livremente ao homem que ama. Não bastará isso para que se desenvolvam, progressivamente, relações sexuais mais livres, e também para que a opinião pública se torne menos rigorosa quanto à honra das virgens e à desonra das mulheres?». (pp. 99-100)

Esta obra tem ainda mais importância se a situarmos historicamente e percebermos que surge num contexto em que, não só no senso comum, mas também nos meios intelectuais, a tese que hegemonzava o pensamento era a de que a situação social, política, económica e cultural subordinada das mulheres era fruto e expressão da natureza/essência feminina. A revolução operada por Engels consiste precisamente nisso, na recusa do essencialismo e na busca de razões históricas capazes de explicar a dominação masculina e a subordinação feminina, no fundo, o fermento que no século XX fará surgir a teoria do género, que reconhece nas relações sociais e de poder a explicação para a desigualdade

formal, simbólica e praxica das mulheres. Dito por outras palavras, aquilo que Engels fez foi aplicar o materialismo histórico à situação das mulheres. Este processo permitiu a desnaturalização da opressão, permitiu perceber que o lugar depreciado que as mulheres ocupam nas estruturas sociais, culturais e económicas tem raízes na história e não numa essência, numa característica biológica. A análise da família a partir das relações de produção produz um outro efeito notável, a dispensa do discurso moralista. Em resultado de tudo isto, Marx e Engels passam a perceber as mulheres como sujeitos históricos, o que permite que sejam concebidas como trabalhadoras e parte da classe operária e não como estranhas ao processo de emancipação humana. Se hoje esta consideração nos parece banal, é necessário contextualizá-la no tempo e nos debates da época, inclusivamente no movimento socialista. Por exemplo, Proudhon (1809-1865), um dos pensadores mais influentes da época, foi um dos principais opositores à inclusão das mulheres no trabalho assalariado, rejeitando inclusivamente a sua denominação e caracterização como trabalhadoras, descrevendo-as como seres inferiores, segundo ele equivalentes a dois terços de homem[3]. Afirmava que as mulheres, que considerava frágeis e intelectualmente limitadas, não estavam preparadas para desempenhar trabalho no espaço público, defendendo que o papel que melhor lhes servia era o de fada do lar, mãe e discípula. Como corolário, designava a vontade de emancipação das mulheres como uma das faces da pornocracia ligada ao novo feudalismo industrial[4]. Olhava, pois, com desdém o movimento que colocava as mulheres no espaço do trabalho assalariado e da política, logo, no espaço da luta de classes. Escrevia Proudhon no *Le Peuple*, jornal que dirigia, a 27 de dezembro de 1848:

«Acreditamos ser necessário declarar a partir de agora que a nossa intenção é combater a linguagem mística das mulheres que falam nos banquetes[5] e de deixar claro que elas faltam ao papel que lhes coube na humanidade quando tomam a iniciativa deste tipo de festas. O papel das mulheres não é na vida exterior, na vida ativa e na agitação, mas antes na vida íntima, do sentimento e da tranquilidade do lar. O socialismo não veio apenas para restaurar o trabalho; ele veio também para reabilitar a casa, o santuário da família, símbolo da união matrimonial»[6].

Engels ainda é atual?

Há limitações e imprecisões históricas na obra, as quais foram muito discutidas

pelo movimento feminista nos anos 1970. Por exemplo, a tese do matriarcado não encontra atualmente respaldo científico, falando-se hoje de matrilinearidade e matrilocidade. Do mesmo modo, Engels subestimou a participação das mulheres no trabalho agrícola, sendo que estudos posteriores revelaram a sua presença nesse setor económico de forma muito significativa, assim como em várias outras atividades económicas. E tudo isto tem implicações na forma como a divisão sexual do trabalho foi compreendida e teorizada, particularmente numa abordagem algo cândida que, de algum modo, a naturalizou num determinado momento do devir histórico.

Engels associou a dominação masculina ao surgimento da propriedade privada, subestimando a cultura e vinculando, de modo excessivamente otimista, a superação da opressão de género à superação da opressão de classe. O método a que recorreu procurava relacionar a esfera da produção e a esfera da reprodução, o que deu origem a várias interpretações, uma delas marcadamente mecanicista e economicista, já que resulta na crença de que é suficiente coletivizar os meios de produção, incrementar a participação feminina na esfera produtiva, assumir coletivamente a responsabilidade pelas crianças, pelos velhos e pelas pessoas enfermas para automaticamente se alcançar a emancipação. Mas a história provou-nos que essa relação direta não existe e que a desigualdade entre homens e mulheres não desaparece com a abolição das classes ou da propriedade privada, como o provou a experiência soviética, assim como não desaparece com a consagração do princípio da igualdade entre homens e mulheres nos ordenamentos jurídicos, como o provam as democracias ocidentais. Assim, se as políticas públicas e os serviços públicos são indispensáveis, se o reconhecimento do princípio da igualdade entre homens e mulheres é absolutamente necessário, não são suficientes para superar a estrutura da dominação. E esta constatação interpela diretamente o movimento socialista, obrigando-o a repensar-se enquanto resposta global e universal à exploração e opressão, e o movimento operário, no sentido da necessidade de reconfiguração do conceito de trabalho, para que a experiência das mulheres seja nele incluída, e da abolição das fronteiras entre trabalho produtivo e trabalho reprodutivo, reconhecendo o trabalho doméstico e dos cuidados como trabalho. Do mesmo modo, interpela o movimento feminista, reclamando dele uma perspectiva anticapitalista, se este quiser ser consequente na resposta às desigualdades. Um feminismo que se satisfaz com a presença de mulheres em todas as esferas da vida falha o essencial, porque, ao limitar-se à igualdade de género, acaba por aceitar as

estruturas que produzem a dominação.

Há hoje um amplo consenso sobre os meios preconizados por Engels (e outros antes dele) para garantir a emancipação das mulheres: um trabalho que garanta a independência económica e equipamentos sociais que apoiem as tarefas domésticas e de educação. Todavia, a crítica feminista teve o mérito de levar mais longe a reflexão e insistir na importância de ir além da especialização de papéis, tanto na família, quanto no resto da sociedade. Enquanto as mulheres (e apenas elas) forem responsáveis pela esfera da reprodução, estarão sempre em desigualdade no mercado de trabalho. Deste ponto de vista, Engels tinha razão: a emancipação das mulheres implica uma reorganização completa da sociedade, tanto do ponto de vista da reprodução como da produção. E isso convoca a questão do desenvolvimento de equipamentos sociais e de serviços públicos, mas também a de uma redução substancial do horário de trabalho, para mulheres e homens, não só para responder ao desemprego, mas também para distribuir entre ambos os custos da reprodução.

Engels não foi o único autor do seu tempo a debruçar-se sobre a relação entre economia, família e subordinação feminina, mas foi pioneiro ao ter avançado uma teoria materialista sobre a origem das desigualdades, a qual retirou poder explicativo à biologia e à desigualdade inscrita nos corpos e, nesse sentido, pode afirmar-se que desnaturalizou a opressão, através da explicação da relação entre a subordinação das mulheres e a família como unidade de reprodução económica, permitindo a imaginação do futuro como um campo aberto de possibilidades e não como um colete de forças de reprodução de desigualdades.

Conclusão

Engels foi um homem do seu tempo. Olhou a realidade, interpretou-a e procurou transformá-la. Se hoje sabemos que os estudos antropológicos em que se baseou estão ultrapassados, devemos perceber a importância da sua proposta para lá dos dados de que partiu, que eram os disponíveis na época. A argúcia empreendida na transição paradigmática de que foi precursor e o método e os instrumentos de análise que mobilizou para a compreensão da génese das desigualdades e, conseqüentemente, a abertura de outros futuros possíveis é uma herança valiosa e que não devemos subestimar.

Muitas leituras feministas contemporâneas do seu texto enfermam, na minha

opinião, de um problema fundamental: confundem desejo com possibilidade histórica e, por isso, acusam-no de não ter tido com as questões das mulheres a mesma radicalidade que o motivou noutros temas.

Contesto esta crítica, precisamente com base no seu percurso intelectual, porque vejo nele uma crescente sensibilidade para o papel do patriarcado enquanto construtor de desigualdades e para o modo como este foi absorvido na modernidade capitalista. Marx e Engels não estão isentos de crítica, o que, aliás, seria contraditório com o seu próprio pensamento, que é crítico e antidogmático. Não conheciam todos os textos da sua época, percebendo-se que dialogavam, preferencialmente, com os pensadores e as pensadoras que se exprimiam no campo da política e não noutros territórios, mas foram capazes de indagar sobre a origem e as raízes profundas da desigualdade e de colocar as mulheres como sujeitos no processo de emancipação humana. Olho-os, por isso, como construtores de um monumento do pensamento colossal e percebo-os como protagonistas da mais importante revolução filosófica e política oitocentista. O que fizeram foi monumental e seria injusto (e falso) dizer que se esqueceram das mulheres. Descobriram-nas enquanto sujeitos na classe trabalhadora e a abordagem que fizeram das condições de trabalho e da exploração foi de algum modo genderizada, permitindo-nos hoje conhecer e perceber como viviam as mulheres da classe trabalhadora e, com eles, concluir aquilo que Clara Zetkin afirmou no seu discurso no congresso de fundação da II Internacional: «Não é o trabalho feminino em si que rebaixa os salários ao entrar em competição com o trabalho masculino, mas a exploração do trabalho feminino pelos capitalistas que dele se apropriam»[7]. Numa época em que parte do movimento socialista e do movimento operário se opunha à entrada das mulheres no trabalho assalariado, Marx e Engels foram parte dessa disputa e escolheram o lado das mulheres, reconhecendo-lhes o estatuto de trabalhadoras e, por essa via, incluindo-as no movimento de emancipação humana. Recordemos que no seu pensamento a classe trabalhadora é sujeito histórico, motor da história, e as mulheres formam parte dela. Não é coisa pouca, sobretudo se percebermos que esta era uma conceção dissonante no espírito da época e, por isso, absolutamente radical. Porque reconhecemos Marx e Engels como pilares do pensamento socialista, alimentamos o desejo de que o fossem também do pensamento feminista. Mas esse desejo turva a leitura da radicalidade da sua proposta. Desejamos que tivessem ido mais longe, que tivessem sido mais acutilantes na denúncia e condenação da violência no seio das famílias trabalhadoras, que não se tivessem

equivocado quanto às formas e ao papel da divisão sexual do trabalho, que tivessem incluído na união livre de vontades outras formas de amor e de relacionamento que não o heterossexual. Todavia, Marx e Engels são incontornáveis para o feminismo, não porque tenham teorizado especificamente sobre a emancipação das mulheres, mas porque as visibilizaram e as incluíram na história. E os instrumentos de pensamento da teoria marxista, mesmo não tendo sido propostos para as lutas contra o patriarcado, são fundamentais para a compreensão e transformação das estruturas que engendram a opressão. Não foram mais longe do que isso, mas esse caminho foi imenso. Não façamos dele dogma, mas não o subestimemos.

Notas:

[1] Friedrich Engels (1884/1975). A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Lisboa: Presença.

[2] Engels caracterizava do seguinte modo a classificação de Morgan: «Estado selvagem - período em que predomina a apropriação de produtos da natureza, prontos para serem utilizados; as produções artificiais do homem são, sobretudo, destinadas a facilitar essa apropriação. Barbárie - período em que aparecem a criação de gado e a agricultura por meio do trabalho humano. Civilização - período em que o homem continua aprendendo a elaborar os produtos naturais, período da indústria propriamente dita e da arte. In A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Lisboa: Presença, p. 38.

[3] Nos Estados Unidos, na Convenção de Filadélfia de 1787, foi firmado um acordo - Three-fifths Compromise - entre os Estados do Sul e os Estados do Norte, pois a contagem das pessoas escravizadas era necessária para determinar o número de lugares de cada Estado na Câmara dos Representantes e o valor dos impostos a pagar. O acordo contava três em cada cinco pessoas escravizadas como pessoas. Ou seja, a regra da infra-humanidade aplicada às pessoas escravizadas é, pois, de algum modo decalcada e aplicada também às mulheres.

[4] Proudhon, Pierre-Joseph (1858). La pornocratie, ou les femmes dans les temps modernes. Disponível em:

<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k111425h/f1.image.r=proudhon.langPT>.

[5] Os “banquetes” foram reuniões políticas organizadas por toda a França entre 1847 e 1848, assim designadas para contornar a proibição de reuniões políticas.

[6] Lalouette, Jacqueline (2001). “Les femmes dans les banquets politiques en France (vers 1848)”. In *Clio. Femmes, Genre, Histoire*, n.º 14, pp. 71-91. Disponível em: <https://journals.openedition.org/clio/104>

[7] Clara Zetkin no seu discurso no Congresso de Fundação da II Internacional em 1889. In Wendy Goldman (2014), *Mulher, Estado e Revolução: política familiar e vida social soviéticas, 1917-1936*. São Paulo: Boitempo, p. 62.